

Os programas de pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil vêm experimentando um significativo processo de crescimento e expansão, o que reflete a sua consolidação enquanto área de produção e aplicação de conhecimento. Encontram-se, reconhecidos e credenciados na CAPES, 27 programas de doutorado e/ou mestrado, distribuídos por todas as regiões administrativas do país (com exceção da Região Norte). Esses programas formam, anualmente, um importante contingente de doutores e mestres, e é nesses programas que se concentra a maior parte da produção científica da área expressa no amplo conjunto de publicações veiculadas através dos importantes meios de divulgação técnico-científica, que servem desde os docentes/pesquisadores, os formuladores de políticas de saúde, os gestores e os usuários em geral.

A análise da produção dos programas de pós-graduação evidencia a ampla cobertura temática nas tradicionais áreas de conhecimento que conformam a área de Saúde Coletiva, ou seja, Gestão, Planejamento e Administração em Saúde, Ciências Humanas e Sociais em Saúde e Epidemiologia. Praticamente todos os problemas que cercam a saúde da população brasileira estão inscritos no interesse de investigação e docência dos nossos professores e a sua contribuição se faz sentir em todos os campos de atuação técnico-científica. Assim o estudo dos assuntos pertinentes à morbi-mortalidade da população brasileira, o tratamento das questões referentes à organização dos serviços de saúde e a análise das políticas públicas, entre outros temas, têm gerado novos conhecimentos e importantes inovações para a oferta de melhores condições de vida e saúde de nossas populações.

Ao lado dessas conquistas, há que mencionar as perspectivas que se abrem com a introdução dos mestrados profissionalizantes. A cuidadosa e balanceada oferta dessa nova modalidade de aprimoramento de

recursos humanos pode atender a importantes demandas de nossos serviços de saúde na formação de quadros estrategicamente situados.

Essa rápida, sumária e otimista descrição da nossa pós-graduação e de suas repercussões, ao trazer a expressão de sua consolidação, legitimidade e reconhecimento pelos diversos atores envolvidos com o campo, não pode deixar de considerar os desafios que temos que enfrentar. O grande volume de pessoal altamente qualificado que os nossos programas têm formado gera necessidades para o seu adequado aproveitamento e comprometimento técnicos e sociais. Isso implica a criação de condições para sua adequada e justa absorção tanto no sistema de ensino e pesquisa quanto no sistema de saúde propriamente dito. Uma repercussão evidenciada a partir dessa massa crítica constituída (e ressalte-se, de alta qualificação) pode ser sentida, pelo menos parcialmente, na demanda que sistematicamente não vem sendo atendida nas nossas solicitações de bolsas de produtividade no CNPq ou de pós-doutoramento na CAPES (a demanda qualificada supera em muito o número de bolsas oferecidas pelo sistema). Esse quadro ganha maior dimensão quando se examina as pequenas possibilidades de absorção oferecidas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior. Uma primeira inspeção mostra que os setores de C&T e educacional não vêm se atualizando (em termos de absorção ou respostas) frente ao conjunto de profissionais qualificados que eles próprios vem criando. É forçoso dizer que o equacionamento desse desafio pressupõe a correção das injustas situações criadas com a excessiva concentração de recursos e pessoal em eixos Sul-Sudeste do país, com notórias repercussões para o pleno desenvolvimento do país.

De outro lado, o crescimento do campo gera a necessidade de uma nova análise de suas fronteiras, limites e interfaces para que

suas especificidades possam ser melhor reconhecidas. Uma visita ao campo, que muitos reconhecem como impositiva, deve permitir um melhor diálogo interno à Saúde Coletiva e, especialmente, com os demais atores do setor de C&T em Saúde. Esse é um debate constante e que merece a nossa consideração, há tempos, pois a ausência de maior clareza de nossos limites (ainda que imprecisos) e da demarcação mais precisa de nossa característica interdisciplinar nos impede, muitas vezes, de marcar nossas especificidades dentro da comunidade científica, com possíveis prejuízos para a adequada inserção e, porque não reconhecer, para a justa captação dos escassos recursos existentes no país.

Sem pretender esgotar o conjunto de desafios que se apresentam vale salientar o empenho devido para a implantação e bom desenvolvimento de programas de Mestrado Profissionalizante (MP). Desenhado que foi, de forma oportuna, para a formação de quadros estratégicos em nichos específicos, a criação do MP vem gerando debates que

colocam, de um lado, desnecessários conflitos com programas acadêmicos consolidados e, de outro lado, questões sobre sua equivalência, fugindo pois de sua natureza inicial e já salientada de formação de quadros estratégicos para desempenhar funções específicas em diferentes instâncias dos serviços prestados à sociedade.

Essas reflexões apontam para algumas das questões que cercam os nossos programas de pós-graduação, ressaltando que a iniciativa da ABRASCO de estabelecer o seu Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação vem se constituindo em um dos *locus* privilegiado para o devido encaminhamento dessas e de outras questões, procurando viabilizar o progresso articulado e organizado dos nossos programas.

Moisés Goldbaum

*Professor Doutor do Departamento de
Medicina Preventiva da FMUSP
Representante da Área de
Saúde Coletiva na CAPES
Presidente da ABRASCO*